

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

1

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À SAÚDE COMO DISCURSO JURÍDICO E COMO POLÍTICA PÚBLICA	27
---	-----------

1.1. A saúde como conceito, objetivo e ideal	27
1.2. A saúde como direito humano, fundamental e social	32
1.2.1. Direitos naturais, direitos humanos e direitos fundamen- tais: um problema terminológico ou de fundamentação teórica?	33
1.2.2. Perfil histórico ocidental: do Estado Mínimo ao Estado Provi- dência, sob o prisma evolutivo dos direitos fundamentais	50
1.2.3. A previsão internacional do direito à saúde.....	64
1.3. O surgimento das políticas públicas em saúde	73
1.4. A disciplina sanitária no ordenamento brasileiro até o Sistema Único de Saúde	79
1.4.1. Os princípios gestores do Sistema Único de Saúde e normas adjacentes	90
1.4.2. A saúde como “direito de todos e dever do Estado”: uma palavra sobre a saúde suplementar.....	98

2

A EFICÁCIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE	113
---	------------

2.1. Aplicabilidade, eficácia e efetividade das normas constitucionais	113
2.1.1. A previsão textual de aplicabilidade imediata dos direitos fun- damentais e a necessidade de legislação concretizadora.....	137

2.1.2. Direitos fundamentais sociais e normas programáticas na redação constitucional: a função simbólica da norma é suficiente como paliativo social?	145
2.2. A hermenêutica constitucional e a eficácia dos direitos fundamentais sociais	151
2.2.1. Métodos hermenêuticos	156
2.2.2. Princípios hermenêuticos	161
2.2.3. O princípio da proporcionalidade, a ponderação de interesses em conflito e a relação entre regras e princípios no âmbito dos direitos fundamentais	169
2.3. O direito à saúde é um direito subjetivo exigível judicialmente?	180

3

JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE: MÍNIMO EXISTENCIAL, RESERVA DO POSSÍVEL, ESCASSEZ E ALOCAÇÃO 193

3.1. Direito ao mínimo existencial.....	193
3.1.1. A dificuldade conceitual e a dignidade humana: panaceia linguística?	194
3.1.2. O mínimo existencial como conceito indeterminado e os contornos encontrados na doutrina e na jurisprudência para seu conteúdo material	213
3.1.3. O direito à saúde como mínimo existencial <i>versus</i> um mínimo existencial em saúde e a proposta de um máximo existencial.....	232
3.2. O argumento e as dimensões da reserva do possível e o problema da escassez não patrimonial	247
3.3. Da sindicabilidade da matéria, ante os argumentos da discricionariedade, da segurança jurídica, da separação de poderes e da ilegitimidade do Judiciário no controle de decisões políticas.....	255
3.4. Alocação de recursos sanitários e judicialização em saúde: o desafio da acessibilidade com sustentabilidade	275
3.4.1. Macroalocação e microalocação de recursos em saúde.....	279
3.4.2. No meio do caminho tinha um vírus.....	287
3.4.3. A atuação jurisdicional efetivadora, a evolução dos critérios e os provimentos liminares em saúde	291

4

A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE	321
4.1. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.....	321
4.2. Pobreza, adoecimento e a atuação defensorial como fator de empoderamento dos sujeitos socialmente vulneráveis: a saúde entre o luxo e o lixo	328
4.3. Crescimento das demandas sanitárias na Defensoria Pública Federal: as tecnologias não incorporadas e as dificuldades na efetivação judicial do direito	339
4.4. As mudanças trazidas pelos Temas de Repercussão Geral n. 6 e 1234 do STF e a atuação da Defensoria Pública: uma nova etapa na judicialização da saúde?.....	356
4.5. À guisa de considerações finais: perspectivas para o direito à saúde na juridificação defensorial e na judicialização em geral.....	365
REFERÊNCIAS	373